

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2008**

**(Da Sra. Sueli Vidigal)**

**Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.**

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º O art. 93, **caput**, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, sendo impositiva, no último caso, a admissão alternada de deficiente menores e maiores de idade, na seguinte proporção:*

*.....” (NR)*

**Art. 2º** O art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso VI:

**“Art. 27. ....**

*VI - cumprimento do disposto em lei sobre cotas para admissão de beneficiário reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.” (NR)*

**Art. 3º** O art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso XIX:

**“Art. 78. ....**

**XIX - descumprimento do disposto no inciso VI do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.**

**.....” (NR)**

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a partir da data de sua publicação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 227, § 1º, inciso II, **preconiza que o Estado deve promover a integração social do adolescente portador de deficiência**, mediante treinamento para o trabalho.

O art. 34 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, “ **que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**”, estabelece o seguinte:

**“Art. 34** É finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

**Parágrafo único.** Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no **caput** desse artigo poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais de que trata a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.”

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, editada após a Lei nº 7.853, de 1989, em seu art. 93, **estabeleceu, para as empresas, cotas impositivas para admissão, em seus quadros, de pessoas portadoras de**

**deficiência, o que, até hoje, representa importante instrumento de integração social.** Entretanto, a redação do art. 93, por referir-se genericamente às pessoas portadoras de deficiência, no conferiu tratamento jurídico que viesse, efetivamente, **viabilizar a integração ao mercado de trabalho do adolescente portador de deficiência.**

Nesse sentido, a proposição visa ampliar as hipóteses de integração do adolescente portador de deficiência ao mercado de trabalho e, para tanto, altera a redação original do **caput** do art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, **determinando que, para cada portador de deficiência maior de idade, seja admitido um portador de deficiência menor de idade, observado o critério de alternância para as admissões.**

Outra medida, voltada para a ampliação das hipóteses de integração do adolescente portador de deficiência ao mercado de trabalho, preconizada pela nossa proposição, diz respeito à **obrigação de empresas, que participem de licitações públicas, de cumprirem as cotas estipuladas em lei para a admissão de portadores de deficiência, sem o que não lograriam habilitação para contratar com a Administração Pública.** Com esse propósito, promovemos alterações pontuais no corpo da Lei nº 8.666, de 1993, a denominada Lei de Licitações.

Dessa forma, certos da compreensão dos nossos pares para o elevado objetivo perseguido pelo presente projeto de lei, esperamos a sua aprovação pelo Congresso Nacional,

Sala das Sessões, em                      de                      de 2008.

**SUELI VIDIGAL**  
**Deputada Federal PDT/ES**